

28 JUN 1991

CORREIO BRAZILIENSE

# PT não obstrui mais Congresso e recesso pode vir

Em troca de um compromisso do Governo no sentido de colocar a política salarial e o salário mínimo como as primeiras propostas a serem votadas em agosto, quando terminar o recesso parlamentar de julho, o PT desistiu de continuar obstruindo a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O parecer do relator Messias Góis (PFL-SE) foi lido ontem à noite e a matéria já entrará em votação hoje, a partir das 14h, em sessão do Congresso.

"Serei o mais flexível possível na aceitação das emendas", afirmou o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que avocou o projeto da LDO para o plenário, esvaziando a tramitação na Comissão Mista de Orçamento. O vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES), discordando da atitude de Benevides, disse que, "sem discussão e votação da LDO na Comissão, fica mais fácil a participação do fisiologismo durante o período de discussão da proposta do orçamento de 1992, no segundo semestre". A LDO estabelece as diretrizes para a elaboração do Orçamento

Anual da União, que ocorre no segundo semestre, quando são votadas as verbas para os setores e programas específicos.

Ontem, na reunião dos líderes partidários com o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), ficou acertado que cada partido apresentará, no máximo, dez pedidos de destaque (votação de dispositivos em separado) ao substitutivo do deputado Messias Góis. Hoje, até as 11h, o relator estará recebendo os destaques.

Hartung não poupou críticas ao desempenho da Comissão Mista de Orçamento com relação ao projeto. "A LDO é um instrumento de planejamento econômico que não está sendo usado pelo Governo e, nem valorizado pelo Congresso", lamentou o deputado capixaba. Ele afirmou que, hoje, o partido tentará convencer o plenário do Congresso para a necessidade de incluir metas e prioridades na LDO, que não foram contempladas na proposta original do Governo e tampouco no substitutivo do relator. "Isso, inclusive, tórna a proposta do Governo flagrantemente inconstitucional", acrescentou Hartung.